

RELATÓRIO DA COMISSÃO DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA INVESTIGATÓRIA

PORTARIA IEF 168/2013



A presente sindicância administrativa investigatória foi instaurada pela Portaria IEF nº 168, de 05 de novembro de 2013, expedida pelo Diretor-Geral do IEF, publicada no "Minas Gerais" de 06 de novembro de 2013, cujo objeto é:

"Apurar responsabilidades funcionais por desaparecimento do veículo oficial Caminhonete Mitsubishi/L200, placa HMH 4893, conforme Ato DG 32/2013, publicado no Minas Gerais em 02 de julho de 2013".

1. HISTÓRICO:

O servidor Benito Drummond relata que no dia 14 de setembro de 2012, quando retornava de vistoria agendada pela Seguradora Mafre, parou para almoçar em região próxima à Garagem da Gameleira, deixando o veículo oficial estacionado nas imediações do restaurante e ao retornar, a caminhonete não se encontrava mais no local. O fato foi comunicado à Diretoria de Compras, Patrimônio e Transporte para a tomada de providências cabíveis. A comissão ouviu o envolvido e analisou a documentação apenas aos autos.

2. DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:

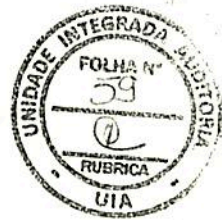
Decreto n. 44.710/2008, que dispõe sobre a administração da frota de veículos pertencente à administração pública direta, autarquias, fundações e empresas estatais dependentes que recebem recursos do tesouro estadual.

Art. 24. É vedado o uso de veículo oficial para:

- I - fazer transporte coletivo ou individual de servidor público, da residência para o serviço e vice-versa, exceto quando se tratar das autoridades constantes do §4º do art. 2º e na hipótese de viagem a serviço devidamente autorizada.
- II - fazer o transporte de pessoas estranhas ao serviço público, salvo no caso de interesse público;
- III - transportar qualquer pessoa para casa de diversão, supermercado, escola ou qualquer outro local, para atender interesses alheios ao serviço;

41-
71-

IV - servir de transporte para passeio ou excursão de qualquer natureza;



3. ANÁLISE DA COMISSÃO:

Primeiramente, a Comissão esclarece que a Presente Sindicância observou o rito previsto para o Processo Administrativo Disciplinar, no intuito de garantir ao indiciado, servidor em regime de recrutamento amplo, o Contraditório e Ampla Defesa, conforme orientação do Manual de Sindicância de Veículos Oficiais (2006) elaborado pela Auditoria Geral do Estado.

Dessa forma, indiciado e citado a fim de se manifestar sobre as irregularidades que lhe foram imputadas, o servidor apresentou defesa escrita que passa a ser analisada a seguir:

A defesa alega, inicialmente, que “o investigado só estava na posse do bem público no dia 14/09/2012 por instrução do setor de transporte do SISEMA” e cita o e-mail enviado por técnico deste setor: “Benito, bom dia! Você deve levar e acompanhar de perto (...)”, no entanto, o e-mail encaminhado pela Servidora Kênia em 12/09/2012 diz ainda: “(...) mas pede alguém da Gameleira para também te acompanhar” (fls. 19), ou seja, a orientação era para que o servidor estivesse acompanhado de um funcionário da garagem. Perguntando pela Comissão por que esta recomendação não foi observada, o declarante informou que “apenas o servidor Rogério encontrava-se na Gameleira no momento em que foi buscar o veículo oficial” (fls. 25), mas não tomou nenhuma providência para o cumprimento do que foi recomendado pela Servidora Kênia, e optou por ir sozinho à vistoria.

Em relação à alegação de que “o investigado NÃO DEU CAUSA à prática de nenhuma infração capitulada no art. 24 do referido Decreto e, tampouco, concorreu para o evento que deu causa à subtração do veículo abalroado (fls. 37)”, ressaltamos que a proibição de uso de veículo oficial implica **qualquer utilização que contrarie sua finalidade pública** (Manual de Sindicância de Veículos Oficiais, 2006, p. 11).

O inciso III do Decreto n. 44.710/2008, veda o uso de veículo oficial para atender **quaisquer interesses alheios ao serviço**, por este motivo a Comissão entende que a atitude adotada pelo servidor viola este princípio, pois a orientação repassada a este no dia do furto, era levar o veículo para vistoria, acompanhar a mesma e retornar com o veículo para a Garagem da Gameleira.

A decisão de parar para almoçar no trajeto entre a oficina e a garagem aconteceu em atendimento a interesses particulares do servidor, pois conforme se depreende do termo de declaração apenso aos autos, ao ser perguntado por que optou por almoçar antes de entregar o

72



veículo oficial na Garagem da Gameleira, o declarante respondeu que “o restaurante fica no trajeto para a garagem o que facilitaria para o servidor, visto que após entregar o veículo [...] pegar o anel rodoviário para retornar à Cidade Administrativa” (fls. 25-26), além disso, declara também que ligou para um amigo e o convidou para almoçar, visto que o mesmo possui uma oficina próxima ao restaurante escolhido (fls. 26). Interessante salientar dois pontos neste momento: a) o servidor já se encontrava próximo à garagem quando parou para almoçar, e b) o servidor estava com seu veículo particular estacionado na garagem, não havendo impedimento para que o mesmo deixasse o veículo oficial na garagem e de posse de seu veículo particular, encontrar-se com seu amigo para almoçar, a não ser a mera conveniência da situação.


Ora, diante do exposto, percebe-se claramente o uso particular do veículo oficial, contrariando sua finalidade pública, por isto, a Comissão entende que a conduta do servidor contribuiu de forma decisiva para o furto do veículo oficial, devendo o mesmo ser responsabilizado pelo ressarcimento do valor referente a este bem.


4. CONCLUSÃO:

Diante disso, essa Comissão vem respeitosamente perante o Dirigente Máximo do IEF recomendar:

- Encaminhamento ao Setor Jurídico para que, diante do que recomenda a Resolução SEPLAG 37/2010, proceda à notificação do servidor BENITO DRUMMOND C. P. JUNIOR – MASP. 1.206.884-7 e posterior cobrança dos valores devidos ao erário.

Salvo melhor juízo.


THELMA DUARTE
Presidente da Comissão
MASP 1.153.878-2


SORAIA FIUZA PAULINELLI
Secretaria
MASP 1.043.957-8



TERMO DE ENCERRAMENTO

Aos 23 (vinte e três) dias do mês de janeiro de 2014, por determinação do senhor Presidente da Comissão de Sindicância Administrativa Investigatória **procedo ao encerramento do 01 (um) volume da sindicância administrativa disciplinar** instaurado pela Portaria IEF nº 168/2013, publicada no "Minas Gerais" em 06 de novembro de 2013, que teve como objeto a apuração de: "responsabilidades funcionais por desaparecimento do veículo oficial caminhonete Mitsubishi/L200, placa HMH 4893, conforme Ato DG 32/2013."

Esta Sindicância consta de 01 (um) único volume com 60 (sessenta) folhas devidamente rubricadas pelo Presidente da Comissão Sindicante.

SORAIA FIUZA PAULINELLI

Secretária

Masp: 1.043.957-8



TERMO DE REMESSA

Aos 23 (vinte e três) dias do mês de janeiro de 2014, por determinação do senhor Presidente da Comissão de Sindicância Administrativa Investigatória instaurada pela Portaria IEF nº 168/2013, publicada no "Minas Gerais" em 06 de novembro de 2013, **procedo a remessa destes** que teve como objeto a apuração de: "responsabilidades funcionais por desaparecimento do veículo oficial caminhonete Mitsubishi/L200, placa HMH 4893, conforme Ato DG 32/2013."

Esta Sindicância consta de 01 (um) único volume com 60 (sessenta) folhas devidamente rubricadas pelo Presidente da Comissão Sindicante.

SORAIA FIUZA PAULINELLI

Secretária

Masp: 1.043.957-8



MEMORANDO Nº 048/ 2014 / UIA / SISEMA

Belo Horizonte, 03 de fevereiro de 2014.

Para: Bertholdino Apolônio Teixeira Junior
Diretor-Geral do IEF

Senhor Diretor,

Encaminhamos, em anexo, os autos do Processo de Sindicância Administrativa Investigatória instaurado pela Portaria IEF nº 168/2013, que teve por objetivo "... *apurar responsabilidades funcionais pelo desaparecimento do veículo oficial de placa HMH-4893*" acompanhado da Nota Técnica nº 1370.0279.14., emitida por esta Unidade da Auditoria, para a análise e decisão final nos termos do art. 229 da Lei Estadual 869/1952.

Atenciosamente,

Aldemir Carvalho Guimarães
Auditor Seccional – IEF
Unidade Integrada de Auditoria

